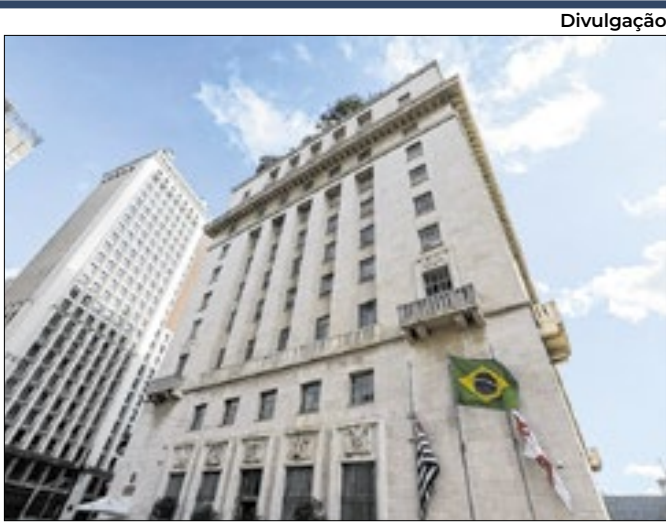


CORREIO PAULISTANO



Divulgação
Foram 38 votos favoráveis e 4 contrários

Câmara Municipal aprova contas da Prefeitura de 2024

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou as contas da Prefeitura referentes ao exercício de 2024, acompanhando o parecer favorável emitido pelo Tribunal de Contas do Município (TCM). Com essa decisão, o prefeito Ricardo Nunes mantém todas as contas de sua administração, de 2021 a 2024, aprovadas pelo Legislativo paulistano. A sequência reconhece o compromisso da Prefeitura com a transparência na aplicação dos recursos públicos, o equilíbrio financeiro e o

Parque Municipal Jurubatuba

A Comissão de Administração Pública da Câmara de SP discutirá o Projeto de Lei que cria o Parque Municipal Jurubatuba em uma Audiência Pública no próximo dia 1º de novembro (sábado), a partir das 10h. O debate atende

cumprimento das metas fiscais. Foram 38 votos favoráveis e 4 contrários, o que confirma, segundo a Prefeitura, o reconhecimento da regularidade fiscal e da responsabilidade administrativa da atual gestão. O parecer do TCM foi apreciado nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, da Lei Municipal nº 9.167/1980 e do Regimento Interno da Câmara Municipal, que estabelece o quórum mínimo de 19 votos para aprovação do relatório técnico do tribunal.

a um requerimento do vereador Professor Toninho Vespoli (PSOL), que é autor projeto junto com as coautoras Luna Zaratini (PT), Marina Bragante (REDE), Silvia da Bancada Feminista (PSOL) e Renata Falzoni (PSB).

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



Texto segue para sanção do prefeito

Academia de Ensino e Pesquisa em Segurança

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em 2ª e definitiva votação a criação da AEPSU (Academia de Ensino e Pesquisa em Segurança Urbana). Proposta pelo Executivo, a instituição de ensino superior está vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana e inserida na estrutura do Comando Geral da GCM (Guarda Civil Metropolitana). A matéria passou por unanimidade e segue para sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB). A AEPSU absor-

verá bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal e recursos orçamentários e financeiros da atual AFSU (Academia de Formação em Segurança Urbana) criada em 2018. A Prefeitura argumenta que a criação permite uma instituição de ensino e pesquisa dedicada à segurança urbana, capacitando a Guarda Civil Metropolitana, agentes da Defesa Civil, Juntas Militares e demais servidores da área de polícia administrativa municipal.

Fomento ao esporte da periferia

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo agendou uma Audiência Pública, para a próxima terça-feira (28), sobre o PL (Projeto de Lei) de número 657/2021. Já aprovada em primeira discussão, a proposta dispõe sobre o Programa de Fomento ao Esporte da Periferia de São Paulo. A convocação do debate atende a um requerimento do vereador Dheison Silva (PT), um

dos coautores do projeto, e foi aprovada na reunião do colegiado de quarta (22). Interessados no tema podem participar presencialmente na sede da Câmara Municipal de São Paulo. O endereço é: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista, São Paulo. O debate também será transmitido ao vivo pelo Portal da Câmara e pelas redes sociais do Legislativo paulistano, como o canal Câmara São Paulo no YouTube.

CNJ concede liminar à SP sobre plano de precatórios

Decisão libera R\$ 805 milhões para investimentos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu liminar favorável à Prefeitura de São Paulo que suspendeu possíveis punições do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP) em uma disputa sobre o pagamento de precatórios — dívidas judiciais que o poder público precisa quitar após decisão definitiva da Justiça.

A decisão, assinada pelo ministro Mauro Campbell Marques, corregedor nacional de Justiça, garante que as novas regras da Emenda Constitucional nº 136, promulgada em setembro, sejam aplicadas imediatamente, inclusive ao plano de pagamento de 2025 da Prefeitura. A próxima etapa, é a análise do processo pelo Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec) e, em seguida, o processo é submetido ao plenário do CNJ.

O que significa?

Na prática, isso significa que o município de São Paulo não precisará desembolsar um valor extra de R\$ 805 milhões neste ano, podendo destinar esse recurso para outras áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

O CNJ também determinou que o Tribunal de Justiça de São Paulo não aplique punições ao município, como o bloqueio de verbas ou a suspensão da certidão que comprova que a Prefeitura está em dia com o pagamento de



CNJ também determinou que o TJ-SP não aplique punições ao município.

precatórios, até o julgamento final do caso.

A Emenda Constitucional nº 136 mudou a forma de calcular quanto estados e municípios devem destinar por ano para o pagamento dessas dívidas, baseando o valor em um percentual da receita corrente líquida.

Objetivo

O objetivo é permitir uma gestão mais equilibrada das contas públicas e liberar recursos para investimentos diretos na cidade.

Antes das novas regras da Emenda Constitucional nº 136, a Prefeitura de São Paulo destinava 5% da Receita Corrente Líquida (RCL) ao pagamento de precatórios, limite

máximo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, o que representa cerca de R\$ 5 bilhões por ano.

Com as novas regras, esse percentual caiu em 2,5% da RCL, liberando espaço no orçamento para investimentos em saúde, educação, mobilidade, habitação e outras políticas públicas consideradas prioritárias pelo poder público.

Dívidas

A dívida total do município com precatórios é de aproximadamente R\$ 42 bilhões, e a nova sistemática dará fôlego para que a Prefeitura de São Paulo organize o fluxo de pagamentos de forma responsável e sustentável.

A nova forma de cálculo

Douglas Ferreira / REDE CÂMARA SP



Câmara de SP recebe representantes de motofretistas

Câmara: motofretistas cobram regulamentação

Representantes da categoria de entregadores e motofretistas se reuniram nesta semana com a Subcomissão do Serviço de Transporte Individual de Passageiros por Motocicleta, vinculada à Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo.

O primeiro a ser ouvido foi Junior Freitas, fundador da Anea (Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos). Ele disse que falta diálogo do prefeito Ricardo Nunes com a classe trabalhadora. Freitas pediu a regulamentação do serviço para garantir segurança e prevenção. Já Diego Araújo, coordenador estadual do Movimento “Trabalhadores Sem Direito”, cobrou a profissionalização das pessoas que trabalham com o transporte por motocicletas. De acordo com ele, a população de baixa renda é a mais prejudicada com a não regulamentação da atividade. Edgar Francisco da Sil-

va, representante da AMABR (Associação dos Motofretistas Autônomos), conhecido como Gringo Motoka, contribuiu com o debate. Para ele, a educação no trânsito tem de ser implementada nas escolas, para que haja conscientização desde cedo.

Desde o início de 2025, a Prefeitura de São Paulo e as plataformas de aplicativos travam uma disputa judicial sobre a permissão do serviço na cidade. Enquanto as empresas recorrem a uma lei federal, que autoriza a atividade no país, o governo municipal editou um Decreto contra o transporte de passageiro por moto. Segundo o Executivo, a decisão foi adotada a fim de preservar a vida dos usuários.

No último dia 22 de setembro, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu de forma cautelar a legislação que proíbe o transporte por motocicletas na cidade de São Paulo. A liminar foi con-

cedida atendendo a uma ação proposta pela Confederação Nacional de Serviços.

Presidente da Subcomissão, a vereadora Renata Falzoni (PSB) ressaltou que a reunião foi proveitosa, porque todos apresentaram demandas e responsabilidades. Já o vereador Paulo Frange (MDB) afirmou que a grande preocupação é o tamanho do risco que os trabalhadores se submetem. O vereador Gilberto Nascimento (PL) questionou os valores dos equipamentos usados pelos motociclistas durante a atividade. O parlamentar também perguntou se os trabalhadores têm seguro de vida contra acidentes. E ainda pediu explicação sobre a forma de condução dos profissionais quando estão transportando passageiros na garupa, já que, muitas vezes, são pressionados pela agilidade no serviço. A vereadora Pastora Sandra Alves (UNIÃO) também participou da discussão.

EMEF e o Inventário das Árvores do Modesto

Em sintonia com a crescente mobilização global em torno das mudanças climáticas, especialmente neste ano em que o Brasil sedia a COP30, a EMEF Modesto Scagliusi, da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, desenvolveu o projeto “Inventário das Árvores do Modesto”, com o objetivo de inserir a comunidade escolar no debate sobre sustentabilidade e a importância das árvores no enfrentamento à crise climática. A iniciativa foi conduzida com o envolvimento direto dos estudantes, professores e equipe gestora, destacando a relevância das árvores que compõem o ambiente escolar não apenas como parte da paisagem, mas como elementos essenciais para a regulação térmica, absorção de carbono, produção de oxigênio e conservação da biodiversidade. “A proposta partiu da ideia de que as árvores presentes em nossa escola não são apenas parte da paisagem, mas cumprem funções ambientais essenciais. Compreender e valorizar esses papéis tornou-se um ponto de partida para discutir com os estudantes a importância das soluções locais frente a problemas globais”, explica a equipe pedagógica da unidade. O projeto foi estruturado em diversas etapas integradas, com foco no protagonismo estudantil e na valorização da pesquisa científica. O levantamento contabilizou 258 árvores plantadas no ambiente escolar e 23 espécies para análise mais aprofundada.